

A RELAÇÃO ENTRE GASTOS PÚBLICOS E GESTÃO ESCOLAR DE QUALIDADE: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Pedro Murillo de Lima Paiva ¹
Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela ²

RESUMO

Escolas públicas sofrem historicamente com problemas de falta de investimento financeiro para adequarem-se às necessidades da comunidade que atendem. Frequentemente é possível ouvir queixas, não só sobre os baixos salários pagos aos professores, mas também da falta de recursos humanos e materiais para realizar um trabalho efetivo na educação dos alunos. Em Pernambuco, principalmente no interior, não é diferente a realidade da maioria das escolas. Mas, dentre todas as dificuldades como a pobreza, a distância dos grandes centros urbanos, a escassez de água e a falta de investimentos suficientes, algumas escolas emergem em cenário estadual e nacional quanto ao seu desempenho pedagógico. Escolas de cidades muito pequenas e pobres como Flores e Quixaba no sertão do Pajeú, já apresentaram baixos índices de evasão e ultrapassaram as metas do IDEB e IDEPE, enquanto escolas que estão localizadas em comunidades semelhantes e que recebem investimentos proporcionais não conseguem alcançar. Pensando sobre essa relação entre os investimentos financeiros e a gestão escolar diante desses resultados, realizamos esta investigação traçando um quadro comparativo com os dados estatísticos de escolas públicas de porte e realidades sociais e financeiras semelhantes, que apresentam índices educacionais desiguais, para debater sobre a possibilidade de uma gestão escolar de sucesso em escolas que não recebem muitos investimentos financeiros, localizadas na região do Sertão do Alto Pajeú no estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Educação. Escolas Públicas. Gestão Escolar. Investimentos Financeiros. Índices Educacionais

INTRODUÇÃO

Escolas públicas sofrem historicamente com problemas de falta de investimento financeiro para adequarem-se às necessidades da comunidade que atendem. Frequentemente é possível ouvir queixas, não só sobre os baixos salários pagos aos professores, mas também da falta de recursos humanos e materiais para realizar um trabalho efetivo na educação dos alunos.

¹ Graduando do Curso de Segunda Graduação em Pedagogia do Instituto Educacional Santo Agostinho, engenheiropedropaiva@bol.com.br

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, karla_adfe@hotmail.com

Em Pernambuco, principalmente no interior, não é diferente a realidade da maioria das escolas. Mas, dentre todas as dificuldades como a pobreza, a distância dos grandes centros urbanos, a escassez de água e a falta de investimentos suficientes, algumas escolas emergem em cenário estadual e nacional quanto ao seu desempenho pedagógico. Escolas de cidades muito pequenas e pobres como Flores e Quixaba no sertão do Pajeú, já apresentaram baixos índices de evasão e ultrapassaram as metas do IDEB e IDEPE, enquanto escolas que estão localizadas em comunidades semelhantes e que recebem investimentos proporcionais não conseguem alcançar.

A estrutura e o funcionamento da educação básica são fatores que precisam ser debatidos e avaliados recorrentemente, porque não basta que a estrutura exista, ela precisa funcionar bem. Vieira (2015) nos fala que

Quando a estrutura e o funcionamento são bons, uma escola tem elementos necessário para promover os sucesso de seus alunos. É possível encontrarmos escolas com boa estrutura e mau funcionamento. Também o inverso pode ser verdadeiro. (VIEIRA, 2015, p. 12)

Segundo esta autora, o que garante o bom funcionamento de uma instituição de ensino, nem sempre é a estrutura física, mas como essa estrutura é gerida. Para ela o trabalho do gestor se faz (ou deveria se fazer) na interação com o outro, e é nessa interação dialógica que todas as boas ideias para melhorar a escola podem ser viabilizadas.

A negociação é outro componente importante desse processo porque gestão é arena de interesses contraditórios e conflituosos. Nesse sentido, o gestor que não é um líder em sua área de atuação, por certo, enfrenta dificuldades adicionais no desenvolvimento de seu trabalho. Há ainda coisas que precisam ser feitas e independem de negociação. Desagradam, mas são necessárias. Fazer bem feito o que tem que ser feito costuma ser tarefa pouco fácil e impopular. A gestão, portanto, requer humildade e aceitação. Administrar a escassez, gerir conflitos, tomar decisões em situações complexas. E nada disso aparece nos manuais. A gestão, demanda um exercício de tolerância para mover-se nas zonas de sombra da impopularidade quando o desafio da prática assim exige. (VIEIRA, 2015, p. 15)

Pensando sobre essa relação entre os investimentos financeiros e a gestão escolar diante índices de desenvolvimento da educação divulgados em nível estadual (IDEPE) e federal (IDEB), realizamos esta investigação traçando um quadro comparativo com os dados estatísticos de escolas públicas de porte e realidades sociais e financeiras semelhantes, que apresentam índices educacionais desiguais, com o objetivo de debater sobre a possibilidade de uma gestão escolar de sucesso em escolas que não recebem muitos investimentos financeiros, localizadas na região do Sertão do Alto Pajeú no estado de Pernambuco.

METODOLOGIA

Esta pesquisa baseou-se num estudo quantitativo e descritivo. Quantitativo, porque “emprega instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis” (ZANELLA, 2012, P. 75). E descritivo, pois segundo Gil (2007), esse é o tipo de pesquisa que visa descrever a realidade da forma mais fiel possível.

O estudo constou de uma coleta de dados estatísticos referentes a quatro escolas públicas estaduais localizadas no sertão do Alto Pajeú em Pernambuco.

As escolas pesquisadas foram: ESCOLA DARIO GOMES DE LIMA (Flores – PE), ESCOLA TOMÉ FRANCISCO DA SILVA (Quixaba – PE), ESCOLA ARNALDO ALVES CAVALCANTE (Tabira – PE) e ESCOLA CÔNEGO JOÃO LEITE GONÇALVES DE ANDRADE (Afogados da Ingazeira – PE).

Todas estas escolas apresentam estrutura física semelhante, oferecem os mesmos níveis de ensino e recebem, praticamente, o mesmo valor em investimentos financeiros, mas apresentam desempenhos divergentes, apontados pelos índices de desenvolvimento da aprendizagem nacionais e estaduais, bem como pelos índices de funcionamento interno destas instituições.

As duas primeiras escolas citadas destacam-se por seu alto desempenho que é referência para as escolas da região, por serem escolas pequenas que, apesar de não receberem altos recursos conseguem efetivar a boa aprendizagem da maioria de seus alunos. As duas últimas são escolas de mesmo porte que, embora tenham recebido investimentos até maiores, não conseguem alcançar grandes avanços.

Para a análise da situação problema deste estudo, fizemos um levantamento dos dados de IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco), bem como recorremos aos sites do QEDU e do FNDE em busca dos dados referentes aos investimentos financeiros enviados para estas escolas nos anos de 2015 e 2017 (anos em que aconteceram as últimas avaliações do SAEB) e seus níveis de proficiência nas disciplinas de Português e Matemática, além de um levantamento junto à Gerência Regional de Educação do Alto Pajeú sobre os índices de evasão nestes mesmos anos.

Inicialmente, apresentaremos os dados de IDEB e IDEPE (2015/2017) dessas escolas, frente às suas respectivas metas.

Em seguida apresentaremos um comparativo entre os investimentos (PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola³) feitos nos anos de 2015 e 2017, e os índices de evasão, repetência dessas escolas, bem como o nível de proficiência em Português e Matemática, alcançados nesses mesmos anos, conforme os dados da SAEB.

Ao final tecemos uma reflexão sobre o que, possivelmente, tem provocado um diferencial tão consistente em desempenho nessas escolas.

DESENVOLVIMENTO

Quando pensamos em qualidade na educação logo nos vem à mente a necessidade de um espaço escolar dotado de vários recursos midiáticos e de espaços que acomodem atividades diversas para incrementar o processo de aprendizagem dos estudantes.

Da mesma forma, ao perceber as condições precárias nas quais a maioria das escolas no Brasil funciona, cresce em nós o sentimento de que a qualidade na educação seja algo utópico, acessível apenas às grandes escolas particulares dos centros urbanos mais ricos do país.

No entanto, observando, por exemplo, a situação das escolas apresentadas neste estudo, podemos observar que elas possuem as mesmas condições quanto estrutura física e investimentos recebidos e, mais adiante, quando veremos os dados, percebemos que uma das escolas consideradas ineficientes quanto à educação oferecida aos seus alunos, é das que mais receberam verba no período investigado. Assim, nos reportamos à Mélo (2018) quando comenta que

o trabalho mais recente de Rodrigues (2017), com o objetivo de analisar a eficiência dos gastos públicos com Educação Básica nos municípios pernambucanos, (...) visa mensurar a qualidade da educação desses municípios, observando a influência dos gastos públicos em seus resultados do IDEB 2015. Convergindo com os estudos apresentados anteriormente sobre o tema, o autor em seus resultados constata que não há correlação direta entre os gastos públicos em educação e os resultados do IDEB, além de reafirmar que os municípios com melhor desempenho econômico não são consequentemente os mais eficientes e, por fim, observa evolução na qualidade da educação pernambucana que apresenta correntemente os resultados do IDEB acima da média nacional. (MÉLO, 2018, P.6)

Ou seja, nem sempre, receber altos investimentos financeiros, garante a melhoria da qualidade em educação nas unidades de ensino pelo país.

Mas é inegável que as verbas são imprescindíveis para o bom andamento e suprimento das necessidades das escolas, muitas vezes são até insuficientes para a demanda, mas se não houver uma gestão comprometida em administrar de maneira coerente esses recursos, estes

³ Escolhemos este investimento por considerar se o que garante maior autonomia às escolas em administrar seus recursos.

não responderão ao principal objetivo da gestão escolar que é a aprendizagem efetiva dos alunos.

A gestão escolar está inserida no movimento da gestão educacional que, segundo Vieira (2013), está integrada por três dimensões muito importantes: o valor público, as condições de implementação e as condições políticas.

Segundo essa autora, o valor público expressa a intencionalidade das políticas públicas. Ou seja, quando a Constituição Federal defende a Educação como direito de todos e dever da família e do Estado, há sobre essa questão um valor público que reverbera em políticas públicas educacionais para fazer acontecer esse princípio constitucional.

Estas políticas públicas, por sua vez, dependem diretamente das gestões educacional e escolar para se cumprirem.

Em nosso caso, estamos focando diretamente na gestão escolar, que atua no ponto final do processo da Política Pública Educacional que é a escola.

Parte da dificuldade da gestão diz respeito ao fato de ela se situar na esfera das coisas que têm que ser feitas, o que nem sempre agrada a todos. As mudanças, por menores que sejam, atingem pessoas. Por isso mesmo mudar nunca é simples – das coisas mais elementares, como a cor de uma parede ou a inclusão e retirada de uma disciplina. Gestão se faz em interação com o outro. Por isso mesmo, o trabalho de qualquer gestor ou gestora implica sempre em conversar e dialogar muito. Do contrário, as melhores ideias também se inviabilizam. (VIEIRA, 2013, p. 15)

Um gestor escolar nunca deve desconsiderar seu papel de gerir democraticamente a unidade pela qual é responsável, a fim de sempre tomar decisões que atendam às reais necessidades da comunidade escolar. O diálogo é muito importante porque é através dele que a gestão é capaz de compreender e conhecer quais aspectos e ações precisam ser aperfeiçoados ou abortados dentro da escola.

A negociação é outro componente importante desse processo porque gestão é arena de interesses contraditórios e conflituosos. Nesse sentido, o gestor que não é um líder em sua área de atuação, por certo, enfrenta dificuldades adicionais no desenvolvimento de seu trabalho. Há ainda coisas que precisam ser feitas e independem de negociação. Desagradam, mas são necessárias. Fazer bem feito o que tem que ser feito costuma ser tarefa pouco fácil e impopular. A gestão, portanto, requer humildade e aceitação. Administrar a escassez, gerir conflitos, tomar decisões em situações complexas. E nada disso aparece nos manuais. A gestão, demanda um exercício de tolerância para mover-se nas zonas de sombra da impopularidade quando o desafio da prática assim exige. (VIEIRA, 2012, p. 15)

Assim, é possível considerar que a gestão escolar centralizada ou mesmo uma que pretenda ser democrática mas é rodeada de funcionários ineficientes afetam sim, o funcionamento das escolas, de modo a respingar no desempenho escolar dos alunos.

Sabemos que o que mede o nível de desempenho escolar dos discentes em nosso país não é o mais recomendado e correto instrumento de avaliação, porque as avaliações do SAEB

são uma tentativa de homogeneizar o que é complexo e imerso em diversidade: o sistema educacional brasileiro.

Somos um país continental, permeado por etnias, culturas e costumes diferentes, em que os conteúdos mínimos são transmitidos de formas e em épocas diferentes, mas mesmo assim o MEC tenta justificar índices de aprendizagem de uma rede heterogênea a partir de um teste padronizado.

Assim, o IDEB não representa fidedignamente a realidade dos alunos matriculados nas escolas públicas do país, mas é o que temos como referencial para compreender como anda a proficiência dos estudantes brasileiros em níveis específicos de sua vida escolar

Em Pernambuco, estado de onde estamos falando, os alunos além da Prova Brasil se submetem a testes que se revertem no IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco).

Neste índice estão vinculadas as avaliações do Saepe (Português e Matemática) dos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, assim como a média de aprovação destes e as taxas de aprovação medidas pelo censo escolar, como ocorre em caráter nacional no IDEB. (SILVA, 2016)

Para tal, existe uma Política de Responsabilização Educacional, baseada na Lei nº 13.273, de 5 de julho de 2007 que objetiva não só melhorar os indicadores educacionais do Estado, como também o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco - Idepe, a partir de incentivos financeiros aos servidores que partilham desta política com a implantação do Bônus de Desempenho Educacional – BDE.

O IDEPE é constituído a partir dos dados do Saepe e do fluxo escolar, por isso é importante compreender o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco que monitora o desempenho dos estudantes conforme a qualidade esperada para a Educação do Estado. Este Sistema surgiu em 2000, tendo como principais objetivos:

- Produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais em cada período de escolaridade avaliado. Estes são pré-requisitos indispensáveis não apenas para a continuidade dos estudos, mas para a vida em sociedade.
- Monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo, como forma de avaliar continuamente o projeto pedagógico de cada escola, possibilitando a implementação de medidas corretivas, quando necessário.
- Contribuir diretamente para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos, diagnosticadas por meio dos instrumentos de avaliação.
- Associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola.
- Compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE (SIEPE, 2015).

Assim, é possível perceber como o sistema educacional em Pernambuco é bem organizado e fundamentado, dependendo, pois, dos investimentos do governo, do

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

acompanhamento rotineiro das Gerências Regionais de Educação (GREs) e da organização das equipes gestoras para que o pleno desenvolvimento escolar aconteça e os índices de aprendizagem e proficiências dos alunos fluam para uma formação integral dos discentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

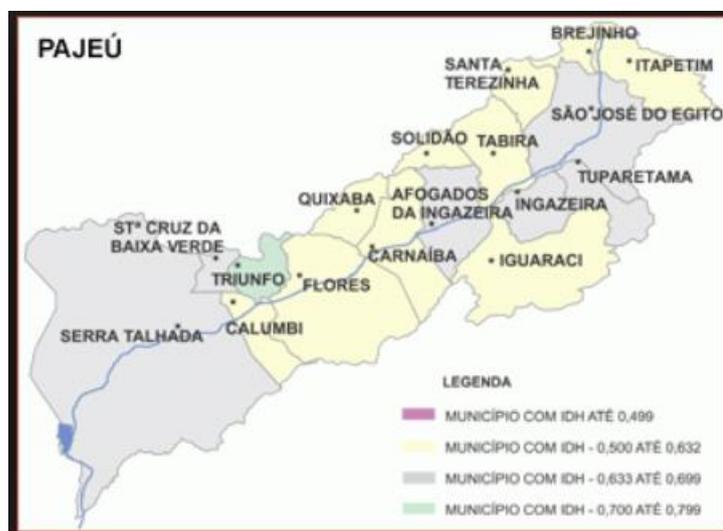


Figura 1: Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) das cidades que compõem o Sertão do Alto Pajeú em Pernambuco. (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000)

Conforme o mapa apresentado na figura 1, podemos observar que a região do Alto Pajeú, onde as escolas pesquisadas estão inseridas, é uma região que apresenta um IDH mediano e que a maioria das cidades em xeque apresentam o mesmo índice, exceto Afogados da Ingazeira que, dentre os quatro municípios envolvidos nesta pesquisa, é o de melhor desenvolvimento econômico.

Esta região (Sertão do Alto Pajeú) tem avançado muito na Educação, nos últimos 20 anos, especialmente com a instalação de Campus Universitários e Institutos Federais de Educação em cidades tão longínquas da capital, o que sem dúvida, anima estudantes e professores à buscar uma qualidade de vida melhor através dos estudos, mas os índices de desenvolvimento humano da Educação ainda são considerados baixos, pois sinalizam que ainda há muito o que se melhorar.

Para esta pesquisa tomamos como referência a escola estadual Dario Gomes de Lima, localizada na zona rural da cidade de Flores, num distrito chamado Fátima. A escola atende cerca de 555 estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio, destacando-se com ações como: o foco na aprendizagem de todos os alunos, mediante o SPE (Sistema de Posicionamento Educacional), atendimento das necessidades de aprendizagem no contraturno, projetos

inovadores (A Escola Vai à Feira), participação e interação ativa com a comunidade, além da conquista do 1º lugar no Ensino Fundamental Anos Finais (média 6,23), no Ensino Médio (média 6,80) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE) no ano de 2016.

Outra escola escolhida para este estudo foi a Escola Estadual Tomé Francisco da Silva, localizada no município de Quixaba, no sertão de Pernambuco. A escola oferece séries iniciais e finais Ensino Fundamental e Ensino Médio. Destaca-se no cenário Estadual e Nacional pelos bons resultados obtidos. Destaque no IDEB, ENEM, IDEPE, Olimpíada de Língua Portuguesa e OBMEP. Foi escolhida como a melhor escola do Estado e vice-campeã nacional no Prêmio Referência em Gestão Escolar 2009. Em 2012, concorreu mais uma vez ao Prêmio Gestão Escolar e, desta vez tornou-se **ESCOLA REFERÊNCIA BRASIL**, alcançando o 1º lugar.

As outras duas escolas selecionadas para a pesquisa foram as Escolas Estaduais Arnaldo Alves Cavalcanti, localizada na zona urbana do município de Tabira, oferecendo ensino fundamental, médio; e a Cônego João Leite Gonçalves de Andrade, que oferece as séries finais do ensino fundamental e médio e está situada na zona urbana de Afogados da Ingazeira, uma das cidades mais importantes do Alto Sertão do Pajeú.

Conhecendo um pouco da realidade de cada escola, podemos observar, conforme a tabela 1, os desempenhos destas unidades de ensino no IDEB e IDEPE dos anos de 2015 e 2017:

ESCOLA	MUNICÍPIO	IDEB 2015	IDEPE 2015	IDEB 2017	IDEPE 2017
Escola Dario Gomes de Lima	Flores - PE	5,7 (3,5) ⁴	5,94	5,6 (3,7)	6,50
Escola Tomé Francisco da Silva	Quixaba - PE	6,6 (5,4)	6,25	7,1 (5,6)	6,86
Escola Arnaldo Alves Cavalcanti	Tabira – PE	4,1 (3,6)	3,83	4,8 (3,8)	4,95
Escola Cônego João Leite Gonçalves de Andrade	Afogados da Ingazeira - PE	4,4 (4,2)	4,25	4,9 (4,5)	4,97

⁴ Dentro dos parênteses constam a meta que a escola tinha que atingir naquele ano.

Tabela 1: Demonstrativo dos índices de IDEB e IDEPE das escolas pesquisadas nos últimos dois anos quando houve avaliação em nível nacional e estadual. Fonte: Elaboração própria baseado nos dados disponíveis no site do INEP.

Embora, todas as escolas tenham apresentado aumento do IDEB, inclusive na comparação entre meta/resultados, é possível observar que enquanto nas Escolas Arnaldo Alves Cavalcanti e Cônego João Leite Gonçalves de Andrade, esse crescimento foi bastante sensível (0,5 e 0,2 respectivamente), nas duas primeiras escolas da tabela, o rendimento foi mais considerável, alcançando 2,2 (na Escola Dario Gomes) e 1,2 (na Escola Tomé Francisco) de diferença entre meta/resultados.

Com relação ao IDEPE, observamos que as Escolas Arnaldo Alves e Cônego João Leite Gonçalves obtiveram maior aumento entre 2015 e 2017, mas mesmo assim estão bem abaixo das médias alcançadas pelas escolas Dario Gomes e Tomé Francisco.

Considerando o movimento de fluxo de alunos nas escolas, vejamos a tabela 2:

ESCOLA	MUNICÍPIO	INVESTIMENTO (PDDE)	EVASÃO ⁵	REPROVAÇÃO ⁶
Escola Dario Gomes de Lima	Flores – PE	2015: R\$ 10.580,00	2 alunos	9 alunos
		2017: 11.740,00	2 alunos	7 alunos
Escola Tomé Francisco da Silva	Quixaba - PE	2015: 18.000,20	2 alunos	8 alunos
		2017: 17.180,00	nenhuma	nenhuma
Escola Arnaldo Alves Cavalcanti	Tabira – PE	2015: 27.480,00	32 alunos	43 alunos
		2017: 21.480,00	63 alunos	63 alunos
Escola Cônego João Leite Gonçalves de Andrade	Afogados da Ingazeira – PE	2015: 15.060,00	1 aluno	20 alunos
		2017: 15.060,00	nenhuma	8 alunos

⁵ Dados referentes ao número de alunos do Ensino fundamental 2

⁶ Dados referentes ao número de alunos do Ensino Fundamental 2

Tabela 2: Comparativo dos índices de investimentos e movimentos interno das escolas pesquisadas nos últimos dois anos quando houve avaliação em nível nacional e estadual. Fonte: Elaboração própria baseado nos dados disponíveis no site do FNDE e registro da GRE Alto Pajeú.

Em 2015 quase todas as escolas receberam, praticamente o mesmo valor em investimentos referentes ao PDDE, exceto a Escola Arnaldo Alves Cavalcanti que, tanto em 2015 como em 2017, foi a unidade de ensino que mais investimentos recebeu dentre as escolas pesquisadas, mesmo assim está na lista das que obtiveram menores avanços.

De acordo com a tabela 2, as escolas Dario Gomes e Tomé Francisco apresentaram uma evasão média de 2 alunos em 2015 e de 1 aluno em 2017. Quanto à reprovação, em 2015 estas escolas apresentaram um índice de 8 (8,5) alunos retidos e em 2017, 3 (3,5) alunos reprovados.

Já as escolas Arnaldo Alves (que recebeu maior quantia em investimentos) e a Cônego João Leite apresentaram em 2015 média de 16 alunos evadidos, sendo a Escola Arnaldo Alves de maior índice (32 alunos) em relação à Cônego João Leite (1).

Em 2017, a escola Cônego João Leite não registrou nenhuma evasão, enquanto à Arnaldo Alves teve 63 alunos evadidos.

No que se refere às reprovações, em 2015 a média dentre estas escolas foi de 31 (31,5) alunos reprovados e em 2017, 35 (35,5) alunos retidos.

Finalmente, a tabela 3 indica os percentuais referentes à proficiência em Português e Matemática das escolas, em porcentagem, conforme o IDEB.

ESCOLA	MUNICÍPIO	INVESTIMENTO (PDDE)	PROFICIÊNCIA ⁷ PORTUGUÊS	PROFICIÊNCIA MATEMÁTICA
Escola Dario Gomes de Lima	Flores – PE	2015: R\$ 10.580,00	52%	38%
		2017: 11.740,00	46%	32%
Escola Tomé Francisco da Silva	Quixaba – PE	2015: 18.000,20	68%	61%
		2017: 17.180,00	79%	71%

⁷ Índices baseados no desempenho nas avaliações do SAEB dos respectivos anos.

Escola Arnaldo Alves Cavalcanti	Tabira – PE	2015: 27.480,00	27%	8%
		2017: 21.480,00	44%	19%
Escola Cônego João Leite Gonçalves de Andrade	Afogados da Ingazeira – PE	2015: 15.060,00	21%	35%
		2017: 15.060,00	10%	18%

Tabela 3: Comparativo dos índices de investimentos e o índice de proficiência em Português e Matemática das escolas pesquisadas nos últimos dois anos quando houve avaliação em nível Nacional e Estadual. Fonte: Elaboração própria baseado nos dados disponíveis no site do FNDE e do INEP.

A tabela acima demonstra dados interessantes. A Escola Dario Gomes recebeu em 2017 um investimento sensivelmente maior do que em 2015, mesmo assim seu rendimento caiu 6% na proficiência em Português e Matemática.

Na Escola Tomé Francisco, em 2017 a escola recebeu quase mil reais a menos em verba, no entanto a proficiência subiu 11% (Português) e 10% (Matemática) em relação ao IDEB de 2015.

O caso que mais nos chamou atenção é o da escola Arnaldo Alves que, embora tenha recebido seis mil reais a menos em verba, a proficiência dos alunos subiu 17% (Português) e 11% (Matemática) em relação aos resultados de 2015.

Por fim, na escola Cônego João Leite, o valor dos investimentos não alteraram de 2015 para 2017, mas houve queda de 11% (Português) e 17% (Matemática) num intervalo de 2 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um estudo inicial que já demonstra, claramente, que nem sempre o valor investido nas escolas públicas garante o melhoramento do desempenho escolar.

Observamos que escolas de estrutura semelhantes e investimentos compatíveis, apresentaram resultados negativos em anos de investimentos melhores e índices positivos no período de investimentos mais baixos.

É inegável que o repasse de verbas às escolas públicas são primordiais para o melhoramento dos serviços e recursos dos quais depende o rendimento escolar dos alunos.

No entanto, como já discutimos anteriormente, de nada adiantará um alto investimento se não houver uma gestão comprometida com uma administração dialogada, que garanta que os recursos recebidos sejam investidos nas reais necessidades da comunidade escolar.

Quando tratamos de estrutura e funcionamento da Educação Básica, precisamos sempre ter em mente que não importa apenas que a escola funcione, ela tem que funcionar bem.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> (acesso em 23/05/2019).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MÉLO, Francisca Maria de. **A importância dos gastos públicos em Educação nos resultados do IDEB das escolas públicas municipais de Campina Grande-PB.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal – UFPB, 2018.

PERNAMBUCO. **SIEPE.** Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5912>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

SILVA, Jussara Torres da. **Gestão de referência nacional: analisando o caso de uma escola estadual de Pernambuco na perspectiva discente e de gestão Recife.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Educação, 2016, 122p.

VIEIRA, Sofia Lershe. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.** 2ª ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração.** 2.ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração//UFSC, 2012.